

**X ENCONTRO INTERNACIONAL DO
CONPEDI VALÊNCIA – ESPANHA**

**TEORIA DA DEMOCRACIA E DA FILOSOFIA DO
ESTADO**

JOSÉ FILOMENO DE MORAES FILHO

ORIDES MEZZAROBA

JOAQUÍN MARTÍN CUBAS

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI

Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM – Santa Catarina

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará

Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM – Distrito Federal

Relações Internacionais para o Continente Americano

Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goiás

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo

Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

Eventos:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch – UFSM – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho – Unifor – Ceará

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – Fumec – Minas Gerais

Comunicação:

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC – Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF/Univali – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara – ESDHC – Minas Gerais

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

T314

Teoria da democracia e da filosofia do estado [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/2020

Coordenadores: Joaquín Martín Cubas; José Filomeno de Moraes Filho; Orides Mezzaroba – Florianópolis: CONPEDI, 2020 / Valência: Tirant lo blanch, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-009-1

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Crise do Estado Social

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Congressos Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. X Encontro Internacional do CONPEDI Valência – Espanha (10:2019 :Valência, Espanha).

CDU: 34

X ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI VALÊNCIA – ESPANHA

TEORIA DA DEMOCRACIA E DA FILOSOFIA DO ESTADO

Apresentação

Os trabalhos publicados nesta obra são os artigos científicos apresentados no Grupo de Trabalho “Teoria da Democracia e Filosofia do Estado”, durante o X Encontro Internacional do CONPEDI, realizado entre os dias 4 e 6 de setembro do corrente ano, na Universidade de Valência (Valência-Espanha), sob o tema geral “Crise do Estado Social”.

Apresentados os trabalhos pelos pesquisadores, de forma resumida, realizou-se um rico debate no âmbito do Grupo de Trabalho, facultando-se aos participantes – coordenadores e expositores - a oportunidade de aprimorar a pesquisa realizada, bem como trocar experiências e informações.

Os resultados obtidos foram conceitos amadurecidos que espelham uma perspectiva ampla sobre a democracia, com as suas nuances polêmicas e atuais, resultados tais que também têm a pretensão de dar continuidade à ideia de divulgar a pesquisa produzida por alunos de pós-graduação.

Durante o evento, foram apresentados e discutidos os trabalhos, que seguem com o nome do (s) autor (es):

- PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS: O IMPACTO DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS EM SUAS ESTRUTURAS - DENISE GOULART SCHLICKMANN, ORIDES MEZZAROBÀ;

- PARTIDOS E SISTEMA PARTIDÁRIO NO BRASIL: EVOLUÇÃO, VICISSITUDES E PERSPECTIVAS - JOSÉ FILOMENO DE MORAES FILHO, BARBARA SANTOS ROCHA;

- PODER CONSTITUINTE, O FUTURO DA DEMOCRACIA E DO ESTADO BRASILEIRO DIANTE DO POPULISMO: COMO O POPULISMO CONSERVADOR PÔDE CONTRIBUIR PARA A DERROCADA DO MODELO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO - FERNANDO ANTONIO DA SILVA ALVES;

- A VIA DA DEMOCRACIA - RAFAEL PADILHA DOS SANTOS, PAULO MÁRCIO DA CRUZ;

- TRANSFORMAÇÕES NO REGIME POLÍTICO DEMOCRÁTICO: A DECADÊNCIA DAS DITADURAS CIVIS-MILITARES E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA - WILLIAM PAIVA MARQUES JÚNIOR;

- NACIONALISMO E CIDADANIA: SOCIEDADE E POLÍTICA EM DESENVOLVIMENTO - JAQUELINE MORETTI QUINTERO, LITON LANES PILAU SOBRINHO;

- A IMPOPULAR DEMOCRACIA - CHANTAL CORREIA DE CASTRO, MATEUS EDUARDO SIQUEIRA NUNES BERTONCINI;

- A IMPORTÂNCIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS PARA A DEMOCRACIA NA ERA DAS REDES SOCIAIS - FELIPE MORAES DE ANDRADE;

- SOBERANIA DO ESTADO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO E TRANSNACIONALIDADE - TARCÍSIO VILTON MENEGHETTI.

- ESTADO, POLÍCIA E DEMOCRACIA: O PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO - SILVIO CARLOS LEITE MESQUITA, DANIELA ARRUDA DE SOUSA MOHANA;

- O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE CRISE DEMOCRÁTICA - BÁRBARA LUIZA RIBEIRO RODRIGUES, HELENA BEATRIZ DE MOURA BELLE

- DEMOCRACIA: DIFICULDADES E PERSPECTIVAS FRENTE À CRISE DO ESTADO SOCIAL SOB A PERCEPÇÃO DE NORBERTO BOBBIO - CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL, NELSON ALEX LORENZ.

Como se vê, os artigos exploraram de forma ampla a pluralidade de temáticas que envolvem a democracia, os direitos políticos e a filosofia do Estado, assunto que nos dias atuais despertam, ademais, muito interesse, em razão da crise política experimentada no Brasil e em outros países nos últimos anos.

O esforço e dedicação dos participantes foram fundamentais para o sucesso de mais uma reunião do Grupo de Trabalho, com a certeza também de que o debate ocorrido na oportunidade contribuiu para o aprimoramento do conhecimento da temática.

Por fim, espera-se a presente obra seja fonte de inspiração para o desenvolvimento de novos projetos e textos em busca do conhecimento e da institucionalização da democracia e dos direitos políticos.

Prof. Dr. Joaquín Martín Cubas – Universidade de Valência

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Universidade Federal de Fortaleza

Prof. Dr. Orides Mezzaroba – Universidade Federal de Santa Catarina

A IMPOPULAR DEMOCRACIA

THE UNPOPULAR DEMOCRACY

Chantal Correia de Castro ¹
Mateus Eduardo Siqueira Nunes Bertoncini ²

Resumo

O cenário político mundial está mudando. Que tendência é esta? Através da análise de pesquisas e relatórios publicados recentemente por organizações internacionais e de obras que abordam o tema ‘democracia e autoritarismo’, busca-se de forma dedutiva entender este fenômeno. A democracia está em declínio. Os números comprovam sua impopularidade. Seus princípios estão sendo abandonados e suas instituições foram enfraquecidas. A sociedade está elegendo políticos autoritários e revolucionários, mas porque ela decidiu chacoalhar o sistema? A população está cansada da velha política e clama por mudança, mas todo cuidado é pouco para não se abandonar, perigosamente, o regime democrático.

Palavras-chave: Democracia, Impopularidade, Declínio, Autoritarismo, Recessão democrática

Abstract/Resumen/Résumé

The world political scenario is changing. What is happening? Through the analysis of researches and reports recently published by international organizations and books that address the issue of ‘democracy and authoritarianism’, we sought to understand this phenomenon. Democracy is in decline. Numbers prove its unpopularity. Its principles are being abandoned and its institutions were weakened. Society is electing authoritarian and revolutionary politics, but why do we want to shake the system? People are tired of the old politics and clamming for a change, but we cannot be careful enough not to abandon the democratic regime.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Democracy, Unpopular, Decline, Authoritarianism, Democratic recession

¹ Aluna do Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA. Pós-graduada em Direito Contratual pela FGV Law. Especialista em Direito Internacional Público pela The Hague Academy.

² Pós-Doutor em Direito pela UFSC. Doutor e Mestre em Direito pela UFPR. Professor Permanente do Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA). Procurador de Justiça

INTRODUÇÃO

Por que temos a impressão de que a democracia está em declínio? Por que tantos políticos populistas e autoritários têm chegado ao poder? Cansamo-nos de ser democráticos? A democracia é um regime político que permite que todos os cidadãos participem do governo por meio do sufrágio universal. Não queremos mais participar?

O objetivo deste trabalho é analisar o fenômeno conhecido como “recessão democrática” – tema central desse estudo –, expressão cunhada pelo cientista político norte-americano Larry Diamond para descrever o fim do processo contínuo de ampliação de democracias no mundo (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). O fim desta expansão é uma consequência natural, que se dá após o *boom* democrático vivido nos anos 1980 e 1990, ou há algo mais acontecendo? Trata-se de um fenômeno previsível ou um momento político-social atípico?

Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, empregando-se o método dedutivo, objetiva-se realizar uma radiografia do cenário atual para entender o que está se passando. Analisando relatórios e pesquisas preparados por organizações internacionais, identificam-se quais os países que estão enfrentando essa “recessão” escutando-se o que opinam os seus cidadãos. Buscar repostas para entender por que, nas mais diferentes regiões do mundo, governos democráticos têm sido colocados à prova.

Neste contexto, adota-se como referencial teórico a obra “Como as Democracias Morrem”, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, lançada em 2018, e o livro, ainda sem versão em português, “*The Dictator’s Learning Curve: Inside the Global Battle for Democracy*” (A Curva de Aprendizagem do Ditador: Dentro da Batalha Global pela Democracia, em uma tradução livre), de William J. Dobson, cuja primeira edição é de 2012, na tentativa de oferecer respostas aos questionamentos anteriormente apresentados.

De outra parte, também objetiva a pesquisa vislumbrar caminhos tendentes à preservação da democracia, conquista civilizatória da modernidade cuja perda pode representar caminho sem volta, via a adoção de modelos populistas, autoritários e, portanto, antidemocráticos, incompatíveis com a cultura de respeito aos Direitos Humanos.

A impopularidade da democracia, para além de uma contradição em termos, contém o perigoso gene de sua autodestruição, tema que merece especial atenção da academia, visando a compreensão desse fenômeno cuja consequência a ser evitada é representada pelo fim do Estado de Direito e, portanto, pelo retorno à barbárie.

1. “Como as democracias morrem”

Na obra “Como as Democracias Morrem” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018), seus autores revelam como as democracias são enfraquecidas e o que pode ser feito para salvá-las. Apesar do enfoque do livro ser os Estados Unidos, o seu sistema político e o seu atual governo, os paralelos que podem ser traçados com outros países, mesmo com o Brasil e o nosso presidente recém-eleito, são inúmeros. Muitas das estratégias trazidas pelos autores para identificar governos autocráticos e, ao final, para escapar deles, podem ser usadas ao pé da letra. De fato, o livro não poderia ter sido lançado em melhor época.

A última pesquisa *Latinobarómetro*, publicada pela Corporación Latinobarómetro em 2018, constatou que o povo brasileiro é o menos satisfeito com a democracia de toda a América Latina. Em 2010, tínhamos 49% da população satisfeita, mas este percentual caiu ininterruptamente nos últimos anos e em 2018 atingiu 9%, o menor nível histórico. O tombo nos últimos 8 anos foi enorme. Se a causa deste declínio não for entendida e sanada logo, a tendência é que em alguns anos a democracia não tenha mais simpatizantes. Os sintomas estão expostos, agora é preciso investigar e tratar a doença.

Que a democracia está em sérios problemas não é nenhuma novidade, é lamentável que somente agora, quando afloram suas manifestações mais evidentes, se toque o alarme e se tome consciência deste fato. (...) Hoje estamos novamente constatando os sintomas de uma doença, a diabetes democrática, cuja crônica não foi somente anunciada, mas, lamentavelmente, continua a piorar (CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, 2018, p. 14).

De acordo com outra pesquisa, o relatório *Freedom in the World 2018*, elaborado pela organização norte-americana Freedom House, pelo 12º ano consecutivo mais países apontaram retrocessos em sua democracia do que registraram ganhos. A democracia está em crise em todas as regiões do mundo e viveu o seu pior ano em 2017. Esta constatação foi feita com base na análise das liberdades civis e dos direitos políticos dos cidadãos de diversos países. A pressão sobre a democracia é grande e o seu quadro de saúde parece irreversível, mas será mesmo?

Os eleitores incrédulos e cansados da velha política ficam tentados a votar em autocratas fantasiados de novos políticos, em populistas transvestidos de *outsiders* e em ditadores mascarados de liberais. É o que aconteceu na Hungria e nas Filipinas. O desejo é acabar com o *establishment* e impor uma nova ordem, mas que ordem é essa? Ela segue

sendo democrática ou chegamos ao ponto em que estamos dispostos a abrir mão deste regime?

A democracia tem sido atacada inclusive em países tradicionalmente democráticos, em que este regime parecia consolidado, como na União Europeia. Antigos apoiadores e propagadores da democracia também têm enfrentado problemas. Nem o Estado democrático com o sistema constitucional mais antigo e robusto do mundo escapou (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Além de estarem sob o comando de um presidente que ignora princípios democráticos, os Estados Unidos de Donald Trump abandonou um papel internacional de extrema relevância: o de promovedor e líder da democracia global. Se levarmos em conta a situação atual de países como os Estados Unidos, a Turquia e a Venezuela, a expressão “recessão democrática” volta a fazer sentido?

Direitos políticos e liberdades civis ao redor do mundo deterioraram para o seu ponto mais baixo em mais de uma década em 2017, estendendo um período caracterizado por autocratas encorajados, democracias citiadas e a saída dos Estados Unidos do seu papel de líder na luta global por liberdade humana (FREEDOM HOUSE, 2018, p. 1).

O mito de que a democracia é um regime político perfeito e intocado foi derrubado. John Adams, o segundo presidente dos Estados Unidos, é o autor de célebre frase que diz que a democracia nunca dura muito, que ela logo se desgasta, se exaure e se mata¹. Considerando que a democracia parou de expandir-se e, nos países em que ela existe, políticos que defendem formas mais extremas de se fazer política tem se destacado, por quanto tempo mais a democracia sobreviverá?

Uma população insatisfeita tende a eleger políticos inexperientes e autocratas de forma livre e legal. Os demagogos e os “heróis” revolucionários são levados ao poder em razão de um esgotamento. Mas quais são as suas propostas? Ao escolhermos *outsiders* e políticos antidemocráticos, o que queremos? Nossos anseios por desenvolvimento econômico e liberdade política mudaram? Estamos conscientemente mudando de ideia ou dando um tiro no escuro?

Os eleitores têm muito poder nas mãos e podem mudar as regras do jogo, mas é preciso saber até que ponto se quer chegar. Quanto é possível flexibilizar a democracia sem

¹ Frase retirada em carta escrita por John Adams a John Taylor em 17 de dezembro de 1814. Disponível em: <<https://founders.archives.gov/documents/Adams/99-02-02-6371>>. Acesso em: 14 jan. 2019. Tradução nossa.

que ela deixe de existir? Qual é o seu limite? Como bem observaram os autores do *Latinobarómetro 2018*: “a medicina diz que ter 19 de pressão arterial é um risco fatal e, claramente com mais de 20 o paciente não sobrevive, uma democracia com quanto deixa de ser uma democracia? Qual é a pressão arterial da democracia?” (CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, 2018, p. 31-32).

2. A democracia hoje

Com o final da Guerra Fria esperávamos testemunhar o fim dos governos autoritários. A democracia tinha vencido e parecia que vinha para ficar. Porém, desde o início do século o número de países democráticos parou de crescer. Na última década uma tendência antidemocrática passou a se expandir. Algo mudou. Como previu DOBSON, “a maré democrática atingiu o seu ápice, e os regimes mundiais mais desagradáveis – uma mistura de ditadores, homens fortes e governos autoritários – retornaram” (2013, p. 4).

Estamos vivenciando o renascimento da extrema direita, com políticos autoritários e *anti-establishment* crescendo em popularidade. A tendência é sentida na Europa, na América Latina e nos Estados Unidos, o que comprova que não se trata de um foco isolado. A insatisfação com a representação política, o desgaste das instituições democráticas, como o Congresso e os partidos, e o descontentamento da classe média diante da falta de progresso levam a uma rejeição do sistema posto e, mesmo que irracionalmente, ao flerte com a revolução e o autoritarismo. Diante de uma democracia enfraquecida, outras formas de governo podem tomar o seu lugar.

Neste sentido, atualmente é mais relevante analisar a qualidade dos regimes democráticos existentes do que contabilizar a sua quantidade. Entender porque os princípios democráticos não vigoram no Oriente Médio pode ser fácil, mas porque foram abandonados em países como a Venezuela ou estão sendo questionados na Áustria e na Polônia é mais complexo.

Inicialmente, a ideia de recessão democrática estava associada às dificuldades de surgimento de novos governos desse tipo desde meados da década de 2000. Nos últimos anos, porém, a preocupação dos estudiosos passou a ser a crise das democracias consolidadas. A pergunta agora é: democracias tradicionais entram em colapso? Há uma diferença fundamental entre saber por que ela não se consolidou no Egito e em que medida poderia entrar em colapso na Itália. Mas, de uma forma ou de outra, o termo recessão democrática passou a designar os dois processos (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 9).

O relatório *Democracy Index 2018*, publicado pelo The Economist Intelligence Unit, no Reino Unido, constatou que, 42, dos 167 países pesquisados, caíram no ranking da democracia, incluindo Nicarágua, Venezuela, Itália, Turquia, Rússia e Estados Unidos. Este último, inclusive, passou a ser classificado como uma “democracia com falhas” dentro da classificação que inclui 4 níveis: democracia plena, democracia com falhas, regime híbrido e regime autoritário. Ao final, apenas 20 países são considerados “plenas democracias” (o que representa 12% do total de países), 55 países são considerados democracias com falhas (representando 33% dos países), 39 países são classificados como regimes híbridos (um total de 23%) e 53 países são entendidos como regimes autoritários (32% do total) (THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2019).

De acordo com a Freedom House, o respeito às liberdades civis e aos direitos políticos também vêm diminuindo. No relatório *Freedom in the World 2018*, concluiu que a democracia atingiu o seu pior nível em mais de uma década no ano de 2017 (FREEDOM HOUSE, 2018). De um total de 195 países, hoje apenas 88 seriam considerados livres, o que representa 45% do total, 58 países seriam parcialmente livres (30%) e 49 países não seriam livres (25%). Para efeito comparativo, no relatório de 2017, 47% os países eram considerados livres, 31% eram parcialmente livres e 22% não eram livres. Ainda mais impactantes são os dados que consideram a população mundial ao invés do número de países. Dos 7,4 bilhões de pessoas, apenas 39% vivem em países livres, 24% vivem em países parcialmente livres e 37% em países que não são livres (FREEDOM HOUSE, 2018). Declínios democráticos foram observados em todas as partes do mundo, principalmente no Oriente Médio e na África, mas também nas Filipinas e no México (FREEDOM HOUSE, 2018). O que de fato está acontecendo?

O fenômeno na América Latina pode ser analisado mais de perto. De acordo com a última edição do *Latinobarómetro*, 14 dos 18 países considerados da região (ficando de fora apenas Cuba) tiveram uma redução no apoio à democracia em relação à pesquisa de 2017. De uma forma geral, o índice de apoio à democracia na América Latina chega a 48%, mas é importante notar que este número era de 61% em 2010 (CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, 2018).

Apesar da preferência ainda ser pelo regime democrático, a pesquisa indicou que 71% dos latino-americanos estão insatisfeitos com a democracia na região e há um aumento sistemático no número de pessoas que se declara indiferente ao regime político. Este número saltou 16% em 2010 para 28% em 2018. No Brasil, os indiferentes somaram 41% no último ano, superando inclusive os brasileiros que preferem o regime democrático (34%). A

insatisfação com a democracia está intrinsecamente ligada ao aumento no número de cidadãos indiferentes e ao seu afastamento da política e de suas instituições (CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, 2018).

Este afastamento do tipo de regime é acompanhado de um afastamento da política, de não identificação com as ideologias de esquerda ou direita, da diminuição dos que votam por partidos, e finalmente, na própria ação de exercer o direito a voto. Trata-se de um conjunto de cidadãos que abandonam o coletivo para refugiarem-se no seu individualismo, rejeitam o estabelecido e rompem os esquemas. São cidadãos desencantados e frustrados. Este contingente de desafetos dos governos, das ideologias e da democracia é a maior fonte de surgimento de populismos na região, não é uma novidade e faz anos que se observa o seu crescimento (CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, 2018, p. 14).

Considerando que no Brasil o voto é obrigatório, os cidadãos indiferentes representam número expressivo de eleitores que podem ser atraídos por candiados novos, com ideias revolucionárias e dispostos a alterar o *status quo*. Por fim, “são estes indiferentes que votam que estão produzindo as mudanças políticas, sem lealdade ideológica nem partidária, e com volatilidade” (CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, 2018, p. 14).

Outra constatação impressionante é a de que apenas 5% dos entrevistados na América Latina consideram que vivem em uma “democracia plena”, e incríveis 14% entendem que o seu país nem é uma democracia (CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, 2018). A percepção de retrocesso na América Latina nunca foi tão alta, a aprovação dos governos nunca foi tão baixa e a grande maioria da população entende que os políticos eleitos governam em benefício próprio ou para agradar pequenos grupos de poderosos.

A falta de confiança nas instituições contribui para essa percepção de retrocesso recorde e nós, latino-americanos, somos a região mais desconfiada do mundo. Países com os menores graus de confiança se tornam os mais vulneráveis. O caso do Brasil é ainda mais emblemático, já que aparece em último lugar no quesito confiança na pesquisa *Latinobarómetro 2018*. Os autores do relatório concluem que “a profundidade da crise no Brasil supera as ideologias, a economia e a sociedade. É uma crise de integração social, sem confianças” (CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, 2018, p. 55). Como convencer eleitores que não confiam nem em seus próprios pares a confiar nos políticos? Em um país em que ninguém confia em ninguém parece que a democracia não tem salvação. Sem confiança não existe cultura democrática, não existe sentido comunitário e espaço público (INSTITUTO ATUAÇÃO, 2018).

O aspecto econômico também faz parte desta equação. Quanto maior é a desigualdade social em um país, menor será a aprovação do governo e maior será a percepção de que os grupos de elite dominam a política. Na América Latina, onde a “cultura do privilégio” é tão marcada, sem o enfrentamento deste problema a democracia não voltará a ser erguer.

3. Os (novos) mecanismos de ataque à democracia

Políticos populistas conquistam facilmente o seu espaço numa sociedade cansada da velha política, dos escândalos de corrupção e da falta de perspectiva de melhora. O ambiente político polarizado e hostil também é favorável ao aparecimento de candidatos novos, por vezes inexperientes, que prometem chacoalhar o sistema. Cidadãos aborrecidos – e indiferentes – se mostram mais propensos a tolerar autoritarismos, principalmente diante de graves crises econômicas ou políticas. Qualquer coisa que mude o *status quo* será melhor do que permanecer na mesma situação.

De acordo com o *Latinobarómetro 2018*, quanto mais se questiona a democracia, mais suscetível está a população a submeter-se a governos populistas. A causa e a consequência do afastamento político e da falta de engajamento é a mesma. Trata-se de um ciclo vicioso. Os desafios enfrentados pelos regimes democráticos fazem com que regimes autoritários ganhem poder e, uma vez que eles estejam no governo, enfraquecerão a democracia ainda mais.

Uma preocupação levantada pelo senador democrata Daniel Patrick Moynihan é a de que diante de reiteradas violações de regras a sociedade tende a alterar o padrão comportamental imposto e o que não era aceito torna-se normal (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 215). Escândalos passam a ser tolerados e regras a ser flexibilizadas. Candidatos que negam valores constitucionais e democráticos e que nunca teriam chance de serem eleitos passam a ser considerados.

Os golpes contemporâneos contra a democracia, portanto, não são tomados por meio da força. Não devemos assistir nos telejornais notícias sobre assassinatos de presidentes, invasões ou bombardeios a palácios presidenciais ou golpes militares (pelo menos não nos países mais desenvolvidos). Os ditadores modernos mudaram. Não há propagação do fascismo ou do comunismo. Saem de cena tanques blindados e tropas de choque. Eles entenderam que em um mundo globalizado, as formas mais brutais de intimidação precisam ser substituídas por formas de coerção mais sutis (DOBSON, 2013).

A crise econômica, política e social, desastres naturais, corrupção, impunidade, insegurança, são todos subterfúgios utilizados por políticos autoritários para chegar ao poder. A retomada dos valores morais e éticos, a defesa da democracia e o fortalecimento das instituições também são defendidos. É tudo o que os eleitores, sedentos por melhora e cansados de violência e da insegurança, querem ouvir. De acordo com LEVITSKY e ZIBLATT, “uma das grandes ironias de como as democracias morrem é que a própria defesa da democracia é muitas vezes usada como pretexto para a sua subversão” (2018, p. 108). As democracias não são atacadas de fora, elas padecem por dentro. Os eleitores colocam o poder na mão dos políticos de forma pacífica, sem boicotes, enfrentamentos ou violência.

Não há mais que se falar em totalitarismo *a la* Coreia do Norte. Os neo-autocratas sabem que mais vale fraudar os resultados de uma eleição do que suspendê-la por completo. É melhor manter o Congresso funcionando, e comprar o voto dos seus membros, do que fechá-lo. O voto popular se torna a melhor arma para usurpar o poder. A Rússia, a China e até a Venezuela são exemplos deste totalitarismo sofisticado. Existe oposição, o Congresso permanece aberto, a mídia funciona, mas tudo dentro de um determinado limite, tudo é controlado. Seus comandantes são escolados em gerar percepções falsas e são muito competentes em cercar-se de aliados. Eles já entenderam que o autoritarismo moderno precisa utilizar-se de algumas prerrogativas democráticas. LEVITSKY e ZIBLATT dizem que “o paradoxo trágico da via eleitoral para o autoritarismo é que os assassinos da democracia usam as próprias instituições da democracia – gradual, sutil e mesmo legalmente para matá-la” (2018, p. 19).

É assim que as democracias morrem agora. A ditadura ostensiva – sob a forma de fascismo, comunismo ou domínio militar – desapareceu em grande parte do mundo. Golpes militares e outras violentas tomadas de poder são raros. A maioria dos países realiza eleições regulares. Democracias ainda morrem, mas por meios diferentes. Desde o final da Guerra Fria, a maior parte dos colapsos democráticos não foi causada por generais e soldados, mas pelos próprios governos eleitos. Como Chávez na Venezuela, líderes eleitos subverteram as instituições democráticas em países como Geórgia, Hungria, Nicarágua, Peru, Filipinas, Polônia, Rússia, Sri Lanka, Turquia e Ucrânia. O retrocesso democrático hoje começa nas urnas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 17).

As ditaduras foram reinventadas e é preciso analisá-las de perto. Existe uma zona cinzenta entre a democracia e o autoritarismo. De acordo com William J. Dobson, em sua entrevista dada ao jornal O Estado de S. Paulo, um ditador moderno falará a língua dos

direitos humanos, participará de workshops sobre liberdade e de todas as atividades da ONU, ele fará tudo o que se faz na Alemanha e caberá ao povo descobrir a diferença entre viver nesse país e na Alemanha (2012).

O neo-autocrata permite críticas, mas as que consegue cooptar; convoca eleições, fraudando o seu resultado; mantém o Congresso funcionando, comprando a sua maioria; elogia o judiciário, citando apenas os juízes a seu favor; participa de eventos internacionais, mas somente os que contam com a presença de seus aliados. A aparência é de democracia, mas as regras do jogo são bem diferentes. As leis aprovadas, os juízes e ministros nomeados, as alianças construídas, tudo é feito em nome dos seus próprios interesses. Seu verdadeiro intuito é aumentar o seu poder de atuação e se perpetuar no cargo utilizando-se da via eleitoral, da maioria no Congresso e da influência no Poder Judiciário.

O problema não está na democracia por si só. (...) Todas as pessoas ainda querem ser livres. O que mudou foi a *natureza* da ditadura. Os ditadores e autocratas de hoje são muito mais sofisticados, habilidosos e ágeis do que nunca. Frente a crescentes pressões, os mais espertos deles nem transformaram os seus regimes em Estados militares nem se fecharam para o mundo; ao invés, aprenderam e se adaptaram (DOBSON, 2013. p. 4).

O pior é que a população tem a falsa impressão de que a democracia segue forte e inabalada. O acesso à mídia é permitido, as críticas ao governo são feitas e a liberdade, aparentemente, não é cerceada. É difícil perceber que algo está mudando, que os poderes estão se alargando e que os únicos beneficiados são os próprios governantes.

Entram em ação os marqueteiros políticos e as mídias sociais manipuladas para acusar a oposição de crimes não cometidos e disseminar *fake news* em benefício do governo. A democracia acaba enfraquecendo gradualmente por meio de atitudes pequenas e, aparentemente, insignificantes. Como previram LEVITSKY e ZIBLATT, “os cidadãos muitas vezes demoram a compreender que sua democracia está sendo desmantelada – mesmo que isso esteja acontecendo bem debaixo do seu nariz” (2018, p. 108). E, quando nos damos conta, pode ser tarde demais.

Então atitudes mais graves vão sendo tomadas como infrações às leis, arquivamento de denúncias e manipulações de investigações. Quando seus atos não podem ser checados, os governantes se tornam intocáveis. As instituições criadas para proteger o Estado democrático são desvirtuadas e usadas para proteger os que as dominam. Em casos mais graves, há

reformas à constituição e mudanças no sistema eleitoral, neutralizando a oposição e acabando com a pluralidade democrática.

De acordo com o livro “Como as Democracias Morrem”, existem quatro sinais de alerta que nos ajudam a reconhecer um político autoritário: a) rejeição às regras democráticas do jogo; b) negação da legitimidade dos oponentes; c) tolerância e encorajamento da violência; e d) disposição para restringir liberdades civis e de imprensa (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Qualquer um destes atos já é grave e um político que expresse apenas uma destas atitudes deve ser visto com cautela.

Políticos com tendências ditatoriais têm se espalhado e assumido o poder nos mais diversos cantos do globo e não estamos mais falando de repúblicas pequenas do Leste Europeu ou países desconhecidos no centro da África. O respeito às leis, às instituições e aos direitos humanos está sendo colocado em risco ao redor do mundo, em prol do desenvolvimento econômico, da segurança nacional e do crescimento doméstico. Estas práticas levadas a cabo por representantes do governo geram instabilidade e insegurança no cenário global.

A eleição de governantes autoritários gera a disseminação de práticas antidemocráticas a nível mundial. O *Freedom in the World 2018* concluiu que “quando mais países são autocráticos e repressivos, tratados e alianças colapsam, nações e regiões inteiras se tornam instáveis, e extremistas violentos tem mais espaço para operar” (2018, p. 2).

4. Protegendo a democracia

Os princípios de coletividade, solidariedade e igualdade, que surgiram com a globalização, perdem espaço diante de atos governamentais de cunho individualista, voltados para a proteção nacional, como o fechamento de fronteiras e à imposição de barreiras físicas e econômicas. Quando Estados não estão dispostos a colaborar uns com os outros, a cumprir tratados internacionais nas mais diversas matérias e a promover um ambiente internacional justo, todos saem perdendo. A economia e a segurança global, cada vez mais interligada e interdependente, ficam em risco. O mundo globalizado exige que os direitos humanos sejam respeitados em todos os hemisférios, só assim a liberdade e a segurança dos cidadãos será garantida.

Quando questionadas sobre suas condições políticas preferidas, a maioria das pessoas ao redor do mundo defende os ideais democráticos: eleições honestas, liberdade de expressão, governos responsáveis e medidas restritivas efetivas contra a polícia, os militares e outras instituições

autoritárias. No século XXI, no entanto, é cada vez mais difícil criar e sustentar estas condições em um país e ao mesmo tempo ignorá-las em outro. Os regimes autocráticos na Rússia e na China claramente reconhecem que, para manter o poder local, precisam acabar com o debate aberto, perseguir dissidentes, e comprometer instituições legais além de suas fronteiras. Os cidadãos e líderes democráticos devem reconhecer que o reverso também é verdade: para manter suas próprias liberdades, eles precisam defender os direitos de seus pares em outros países. A realidade da globalização é a de que nossos destinos estão interligados (FREEDOM HOUSE, 2018, p. 10).

Um dado positivo trazido pelo relatório *Democracy Index 2018* é de que o índice de participação política aumentou em comparação com 2017. O crescimento em um ano marcado pela baixa avaliação do funcionamento dos governos, em que abundaram escândalos de corrupção e falta de ética, pode ser muito preocupante. A América Latina, por exemplo, é uma das regiões que sofreu declínio nos índices de democracia em 2018, junto com a Europa Ocidental, mas ao mesmo tempo sua população que participou massivamente dos últimos pleitos eleitorais (THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2019). Sabendo que apenas o Uruguai e a Costa Rica são consideradas democracias plenas, já que as grandes potências como Brasil, México, Argentina e Chile são classificadas pelo *The Democracy Index 2018* como democracias com falhas, o que pode vir a acontecer?

O *Latinobarómetro 2018* concluiu que, paradoxalmente, no momento em que a política está mais atacada e desprestigiada é quando mais se politiza o apoio à democracia e esta se transforma em um instrumento de fogo entre governo e oposição. Ativismo e participação como reflexo de polarização e revolta pode ser perigoso. Engajamento combinado com insatisfação e deterioração de direitos e liberdades fundamentais é “mistura potencialmente volátil e poderia ser uma fórmula para instabilidade e agitação social em 2019” (THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2019, p. 6). Apesar de a população estar disposta a participar, talvez não esteja contente em participar de um regime democrático. Esta é mais uma demonstração da “recessão democrática”.

Em todas essas áreas, há grandes perguntas sobre desenvolvimentos futuros, particularmente porque aumento de engajamento, participação eleitoral e ativismo têm, em muitos países ao redor do mundo, sido em nome de partidos *anti-establishment* e políticos que poderiam chacoalhar o sistema político e a prática da democracia de maneiras inesperadas (THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2019, p. 5).

Eleitores cansados e indiferentes de um lado, polarizados e engajados de outro. O que os une é a insatisfação e a capacidade de produzir grandes mudanças políticas. Os primeiros, destituídos de identidade partidária e ideológica, e os últimos, exaltados e revoltados com o sistema posto, são ambos potenciais eleitores de políticos populistas e *antiestablishment*.

O que acontecerá a seguir dependerá de como os cidadãos irão atuar nas próximas eleições e de como os novos políticos vão influenciar estes eleitores. Cabe à sociedade escolher o seu próprio rumo. O que não pode ser esquecido é que o único regime político que garante a participação da população na escolha das regras sob as quais viverão é a democracia.

E é disso que a democracia é feita: regras. Sua sobrevivência depende diretamente do respeito às leis vigentes e da submissão às instituições. Estas porém, por si só, não são suficientes para impedir a eleição de candidatos autoritários. Disposições constitucionais abertas dão ensejo a diferentes interpretações que podem ser facilmente manipuladas nas mãos de políticos interesseiros. Nem a melhor das Constituições, como, a elogiada Constituição de Weimar da Alemanha de 1919, conseguiu coibir a ascensão de autocratas ao poder – e, neste caso, estamos falando de Adolf Hitler (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Da mesma forma que nenhum político, sozinho, é capaz de acabar com a democracia, ninguém isoladamente, é capaz de resgatá-la. Trata-se de um sistema compartilhado que depende de todos os seus atores (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). A sociedade civil organizada deve se engajar para reivindicar os seus direitos fundamentais e os partidos políticos precisam identificar e afastar candidatos antidemocráticos. Sem alimentar falsas expectativas de regime político perfeito, devemos identificar e remendar as falhas da democracia. Convocando o espírito de solidariedade democrática e provocação diante da autocracia podemos gerar mudanças (FREEDOM HOUSE, 2018), não podemos esperar que todas as soluções venham do governo.

A falta de cultura democrática e baixa participação política precisam ser enfrentadas. Os cidadãos devem encarar o voto como um poder de mudança e não mais como uma obrigação republicana. Participação em audiências públicas, conhecimento do processo legislativo, cobrança sobre a atuação de cada representante político, a população precisa se instruir para poder cobrar. De acordo com a publicação “Fortalecendo Cultura, Construindo Democracia”, do Instituto Atuação, “quando o fundamento da cultura democrática é deficitário, não há instituições, liberdades e direitos democráticos que se sustentem no longo prazo” (2018, p. 6). O Índice de Democracia Local, contido em tal publicação, identificou que

um dos desafios a serem enfrentados pela democracia é o déficit da cultura democrática e da participação política.

Com o intuito de promover e facilitar a participação da população, trazendo mais transparência e responsabilidade, a democracia deve se adaptar ao atual momento histórico e as instituições políticas precisam ser modernizadas. Seus pilares como poderes independentes, normas robustas e constituição com um sistema de freios e contrapesos carecem de reformulação. A tecnologia pode ser uma forte aliada na promoção de uma relação mais próxima entre a sociedade e a política. Como vimos, mesmo países que têm um governo democrático sólido precisam se reinventar. O compromisso social e a vigilância devem ser constantes.

Considerações finais

As pesquisas e relatórios são claros: há uma crescente insatisfação com a democracia e com as instituições políticas da forma como estão postas hoje. As formas tradicionais de governo vêm perdendo espaço no cenário mundial para políticos inábeis e revolucionários. Muitos são os dados que comprovam que o fenômeno da recessão democrática é real. Resta saber se ele ainda se propagará pelos próximos anos ou se poremos um ponto final. Analisando os números, reconhecendo os fatos e constatando as mudanças, é chegada a hora de agir.

As obras citadas neste artigo demonstram que o tema da democracia deixou o âmbito acadêmico e político e foi parar nas prateleiras dos *best-sellers* das livrarias. Em linguagem simples, a ideia dos autores é atingir o grande público, demonstrando como identificar o atual momento político e os ditadores modernos adaptados à realidade do século XXI.

A importância da questão é inquestionável. Os políticos eleitos pelos cidadãos hoje e os atos tomados por estes governantes moldarão o cenário político do futuro – e não podemos afirmar que ele será democrático. A democracia pode ser abandonada ou resgatada, respeitada ou reinventada, caberá à sociedade decidir. Manter os ideais da democracia vivos em sociedades cada vez mais multirraciais e polarizadas é um desafio para todos (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018), que precisa ser encarado com urgência.

Para reafirmar o compromisso com a cultura democrática é preciso entender suas regras, seus limites e o papel de cada um, tanto dos cidadãos como dos vários políticos que elegemos a cada eleição. A própria sociedade é responsável pelo seu déficit da cultura democrática e pela fraca participação política. As mudanças culturais acontecerão quando a população tomar a responsabilidade para si e o ambiente político se tornar qualificado e

inclusivo. O INSTITUTO ATUAÇÃO é claro ao afirmar que “uma cultura política inerte, que dependa em tudo da força do poder público, não pode ser considerada democrática” (2018, p. 7).

Não podemos deixar que os jovens de hoje, “que não tem memória das lutas contra o fascismo e o comunismo percam a crença e o interesse no projeto democrático” (FREEDOM HOUSE, 2018, p. 1). Os espaços vazios deixados pelos que se afastam da política serão ocupados por aqueles que têm os seus interesses bem claros e sua ascensão se tornará ainda mais fácil. Os desinteressados pela política continuarão a ser governados por aqueles que se interessam.

Precisamos ter claro o caminho que queremos seguir, que princípios vamos obedecer e do que não abrimos mão. Como proferiu o economista norte-americano, crítico social e filósofo político Thomas Sowell (*Apud* INSTITUTO ATUAÇÃO, 2018, p. 12), “quando as pessoas querem o impossível, somente os candidatos mentirosos podem satisfazê-las”. Salvadores da pátria e suas promessas arrebatadoras para conquistar votos sempre existirão, resta-nos criar-lhes um terreno fértil ou cortar o mal pela raiz.

Referências bibliográficas

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. *Latinobarómetro 2018*. Santiago, 2018. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

DOBSON, William J. *The Dictator's Learning Curve: Inside the Global Battle for Democracy*. Nova Iorque: Anchor Books, 2013.

DOBSON, William J. **Turnê mundial do árbitro**. O Estado de S. Paulo, São Paulo: 12 jun. 2012. Entrevista concedida a Lúcia Guimarães. Disponível em: <<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,turne-mundial-do-arbitrio-imp-,884495>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

FREEDOM HOUSE. *Freedom in the World 2018*. Washington, 2018. Disponível em: <https://freedomhouse.org/sites/default/files/FH_FIW_2018_Report_Final.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

INSTITUTO ATUAÇÃO. **Fortalecendo cultura, construindo democracia**. Curitiba, 2018. Disponível em: <<http://atuacao.org.br/files/relatorio-indice-2018-web.pdf>>. Acesso em 07 fev. 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. *Democracy Index 2018: Me too? Political participation, protest and democracy*. Londres, 2019. Disponível em: <https://www.eiu.com/Handlers/WhitepaperHandler.ashx?fi=Democracy_Index_2018.pdf&mode=wp&campaignid=Democracy2018>. Acesso em: 07 fev. 2019.